

CLIPPING

21 de Agosto de 2019

O Liberal – Cidades, 07– Atualidades.



DEMANDA

Acessibilidade para o MARAJÓ

ENCONTRO - Representantes do movimento pela inclusão da Ilha foram encaminhados pelo governador para a Secretaria de Estado de Saúde

Necessidade de maior acessibilidade é sentida nos portos, segundo o MIM

IMAGEM: QUANTOQUANTO/OLYMPIA

O Movimento pela Inclusão no Marajó (MIM) está com expectativas de que políticas públicas voltadas a pessoas com deficiência que moram na ilha passem a ser implementadas na região nos próximos anos. Segundo a professora Edivana Vieira, idealizadora do movimento, duas principais problemáticas assolam a ilha quando o assunto é inclusão: a falta de acessibilidade, principalmente nos portos, e a carência de um Centro Especializado em Reabilitação.

“Nós fizemos uma carta aberta falando da situação e entregamos ao governador. Nós usamos barcos e os nossos portos são inacessíveis, assim como as próprias embarcações - não tem rampa, dentro do barco é com escadas, então é difícil”, explicou Edivana. “Outra situação é a reabilitação: não temos nenhum centro de reabilitação em saúde no Marajó e esses grandes centros ficam em Belém e, só de Breves para Belém, são 12 horas. De Anajás chega a 36 horas. É quase humanamente impossível a pessoa com deficiência do Marajó

chegar aos grandes centros”.

Para ela, que está esperançosa após ter sido atendida pelo Governo do Estado, que encaminhou o grupo ao secretário de Saúde, os moradores também precisam procurar mais informações e os gestores precisam dar importância para a causa. “A própria família não tem conhecimento. Acha que a pessoa com deficiência não tem capacidade de estar na escola, por exemplo. Já os prefeitos, gestores, não dão a devida importância à temática, então é difícil” diz, afirmando estar confiante nos progressos. “O secretário nos recebeu e disse que vai trabalhar na implementação do centro”.

Para tratar justamente da inclusão de pessoas com deficiência no Marajó, o MIM, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) - campus Breves, promove, nos dias 23 e 24 de agosto, a 3ª edição do seminário ‘A inclusão da pessoa com deficiência no Marajó’. Com o tema “Nada sobre nós, sem nós no Marajó”, o objetivo do evento é reunir os municípios do Marajó para discutir políticas para

as pessoas com deficiência.

“Há três anos nós buscamos a parceria da UFPA para realizarmos juntos o seminário. Nessa edição, participam conosco o CIIR (Centro Integrado de Inclusão de Reabilitação) de Belém, a Universidade Federal Rural do Pará (UFRA) com o projeto Acessar, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outros órgãos”, detalhou Edivana. De acordo com ela, o tema desse ano visa chamar atenção de pessoas com deficiência e familiares para a importância da união na luta pelos direitos para o grupo. “A gente não quer que nada que venha para o Marajó seja imposto. Queremos que a comunidade seja ouvida para saberem o que necessitam” pontua.

Dificuldades de acesso nos portos e a falta de um centro de reabilitação são os mais prementes problemas encaminhados

Seminário terá palestras sobre inclusão e desafios

Fazem parte da programação palestras sobre a lei brasileira de inclusão e os desafios para a implementação da lei no Marajó; políticas de saúde para pessoas com deficiência e as perspectivas para o Marajó; apresentação do trabalho do CIIR; tecnologia assistiva e acessibilidade; flexibilização de currículo na educação inclusiva; violência sexual contra pessoas com deficiência; entre outros. “Estamos evoluindo enquanto política pública de inclusão no Marajó. O seminário se tornou o maior movimento nesse sentido na ilha e pessoas de todos os municípios participam. A gente já consegue ver que é possível reunir as pessoas para discutirmos sobre os temas. Pessoas que antes estavam isoladas, sem ter conhecimento, hoje partici-

pam com a gente. Crianças que não iam para a aula por falta de projeto, hoje já vão” destaca Edivana. O MIM foi criado em 2015 e tem como missão fortalecer a política de inclusão em todos os municípios do Marajó. Atualmente, os integrantes do movimento, que inclui pessoas com deficiência, pais e filhos deles, profissionais da área da saúde e educação e outros, viajam por todos os municípios fazendo um trabalho de mapeamento e conscientização. Segundo o Censo 2010 do IBGE, o Pará tem 1.791.299 mil pessoas com algum tipo de deficiência no Estado, o que representa 24% da população total. De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado (Sespa), em censo repassado em 2016, dessas, cerca de 116 mil moram no Marajó.